

CIÊNCIA E HUMANISMO NA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA¹

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva²

rubensri@ufba.br

Resumo

O texto apresenta reflexão sobre o processo de formação acadêmica e sobre os assim chamados “novos papéis” de profissionais que ingressam na área atualmente classificada no CNPq como Ciência da Informação, notadamente na subárea da Arquivologia. Em oposição à concepção empirista, operacional, técnica, que caracteriza a Arquivologia, e aos conflitos de fronteira existentes entre as diferentes ciências, sugere o pensamento dialético e a abordagem materialista histórica como caminho de compreensão e transformação do ensino, da profissão e da ação científica. Aborda a interdisciplinaridade como práxis pedagógica articuladora da unidade entre as disciplinas. Explicita a atual matriz curricular do curso de Arquivologia do ICI-UFBA. Alerta para a incoerência do estabelecimento automático de relação entre profissão e ciência, e conclui destacando um novo viés, humanista, que entende a incerteza como experiência natural da humanidade na construção de significados e, portanto, como lugar de criação, não como elemento a ser reduzido ou eliminado.

Palavras-chave: Arquivologia; Dialética; Interdisciplinaridade; Humanismo; Incerteza.

INTRODUÇÃO

É com grande satisfação que compartilho este painel com tão distintos colegas docentes e com a audiência deste sétimo encontro promovido pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. A satisfação se amplia com a honraria de ter sido convidado a participar como palestrante de um evento que, justamente por fazer parte já da agenda da Ciência da Informação no país, lança agora um periódico científico, em cujo primeiro número alguns de nós tivemos a oportunidade de publicar. O desafio foi grande em meio ao pouco tempo de que todos dispúnhamos, mas a recompensa, sem dúvida, é maior. Agradeço aos organizadores do evento pela oportunidade, ao Coordenador Geral, Dr. Othon Jambeiro, e especialmente à Dra. Helena Pereira, cujo estímulo foi fundamental para que o texto da palestra fosse apresentado a tempo.

O CIFORM vem debatendo, entre outros assuntos, diferentes aspectos ligados à intensificação da globalização, à convergência tecnológica, de investimentos financeiros, de empresas nacionais e multinacionais. Nesta sétima edição oferece-nos a opção de sairmos do enfoque tecnológico e econômico para entrarmos no debate sobre o desenvolvimento humano e a inclusão social. No âmago do convite à reflexão, evoca o acirramento da discussão em

¹ Apresentado originalmente no VII CIFORM.

² Professor Adjunto do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do ICI/UFBA.

torno do humanismo, particularmente nos seus elementos associados à cidadania, à democracia e ao uso da informação para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Propõe que explicitemos, criticamente, reflexões, ações e propostas sobre a necessidade de estabelecer o humanismo como foco essencial na geração, gestão e distribuição da informação, destacando o fato de que o acesso universal às tecnologias de informação e comunicações é tão essencial aos seres humanos como a educação e a saúde públicas.

Este painel, especificamente, nos convida a refletir sobre o ensino de informação, sobre novos papéis e novas funções profissionais na era dos conteúdos, dos documentos, dos entretenimentos digitais. Eis o desafio!

O QUE FAZER?

Arriscarei afirmar que falar sobre tal temática, pode nos levar, eu penso, a formular elucubrações que pareçam sólidas, que sejam sólidas como rochas, mas que logo depois, lenta ou demoradamente, se desmancharão no ar. Poderíamos falar da informação a partir do viés histórico terminológico adotado por Capurro e Hjørland (2003), da tangibilidade do *informatio*, da intangibilidade do *informo*, do sentido ontológico do *informare*, do formar uma idéia, do compartilhar de um conhecimento, da ação de dar forma a um determinado tema. Poderíamos fazê-lo com o viés pragmático de Wersig e Neveling (1975), colocando tudo em ‘receptáculos’ precisos, categorizados em diferentes abordagens, do conhecimento, da mensagem, da estrutura, significado, efeito, processo; poderíamos adotar seus pontos de vista, orientados ao fenômeno, aos meios utilizados no trabalho prático, à tecnologia, aos propósitos. Poderíamos fazê-lo de outras formas também, com diferentes abordagens aparentemente sólidas. Creio que todas teriam como destino se desmancharem no ar.

Não há forma para que eu evite desmanchar-me no ar, ou na terra, em qualquer momento no final da jornada da existência. Mas posso evitar o risco de indicar novos papéis e funções de uma ou outra determinada profissão. E farei isso por entender que somos nós, todos nós, que construiremos essas novas funções. Não serão os cientistas, os arquivistas, os administradores, mas a forma como conduziremos as relações sociais que forjarão, darão forma, a esses novos papéis. Cabe-nos, portanto, entender as relações sociais de nosso tempo para superá-las, transformando-as, para então novos papéis e novas funções se apresentarem, e de novo serem superados. Tem sido assim ao longo de toda a história da humanidade, e

posso dizer, talvez, de toda a história da natureza, mesmo que não percebamos. Karl Marx dizia “quando escuto a natureza é a própria natureza que se escuta”. Esta é uma das mais belas sentenças que já li. Se escuto um frágil canário cantar é a mim próprio que escuto, pois é no cantar do canário que percebo em mim a natureza toda, sua beleza e sua tragédia, minhas possibilidades e minhas limitações.

Não procurarei propor, aqui, definições sobre informação ou sobre o objeto de estudo da CI, área do conhecimento que, hoje, estejamos ou não de acordo, é abrigada pela grande área das Ciências Sociais Aplicadas, e abriga, como em um guarda-chuva, a subárea da Arquivologia, assim como a subárea da Biblioteconomia. O fato de não compartilhar da concepção epistemológica empirista, que concebe relações entre diferentes ciências, ainda que vizinhas, como a Arquivologia e a Biblioteconomia, como conflitos de fronteira, se apresenta como oportunidade para a reflexão acerca da divisão científica do trabalho que predominantemente caracteriza nosso tempo pela fragmentação das disciplinas.

Proponho, em contraposição, a adoção do pensamento dialético, da abordagem materialista dialética, para pensarmos sobre o ensino, ou sobre a profissão, ou sobre a ciência. E, nesse sentido, é necessário, como já apontou Orcel (2003, p.15-6), “aprofundar a significação humana da ciência”. Deparamo-nos, cada vez mais urgentemente, com o problema, simultaneamente científico e filosófico, “das relações mútuas do ‘sujeito’ e do ‘objeto’, do ser e da consciência, a questão da relação do homem com o que não o é”. E aqui é preciso perceber que as relações entre a filosofia e a ciência se transformaram: “não há filosofia superposta ao conjunto das ciências; ao contrário, a filosofia deita nelas raízes profundas”.

Adotar este caminho significa correr riscos, mas não os riscos de virmos a entender uma simples terminologia classificatória como uma teoria verdadeira, preta de operacionalidade em suas definições, mas vazia, no entanto, de fecundidade teórica. Ora, a elaboração teórica é característica dos conceitos científicos, que dela não deveriam estar separados, pois é a pertinência teórica que constrói a ciência.

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO MÉTODO

Thomas Kuhn já nos deixou como herança a proposta de que examinemos a história, ela nos contará o que é a ciência. Ao invés de tentarmos entender a unidade significativa do discurso científico a partir dos critérios lógicos ou metodológicos, que procuremos entender a ciência a partir do comportamento dos cientistas e, assim, dos mecanismos pelos quais as decisões são tomadas. Poderíamos nos perguntar: o que os cientistas fazem com suas proposições?³ Ou ainda: como esta instituição denominada ciência pensa?⁴ Certamente alguns opinariam que, neste caso, já estaríamos tratando do tema ‘instituição’ e não do tema ‘ciência’, que não há consenso sobre essas questões... Ora, é justamente porque o conflito é marca essencial da realidade social que Demo (1995, p.99) dirá: “não é viva a comunidade que manifestar consenso excessivo, pois falta nela mobilização autêntica, troca de lideranças...” O que se poderia perceber aí seria apenas a resistência à unidade, à busca da totalidade; o que se poderia perceber seria a vontade de conservação da fragmentação. Ao expressar-me com o termo ‘totalidade’, não me refiro a um conjunto de disciplinas ou de ciências ou de áreas do conhecimento justapostas. Refiro-me à busca incessante, a “um projeto inacabado, um projeto por fazer-se”.⁵

Ao pensarmos especificamente na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, ou na grande área das Ciências Humanas, que talvez até seja o local adequado da Ciência da Informação e da Arquivologia, podemos recorrer a Alves (2004, p.201), que nos faz lembrar que

as mudanças virão contra a vontade. Tudo se fará para que nenhuma mudança ocorra, pois isso traria enormes complicações: reaprendizagem da linguagem, retreinamento de pessoal, o doloroso reconhecimento de que artigos já escritos estão obsoletos [...] por meio de artifícios ... uma comunidade pode ajeitar seu paradigma ou teoria, de modo a fazer com que ele tenha vida longa.

Alves complementa, registrando uma passagem da obra de Kuhn: “preconceito e resistência parecem mais a regra do que a exceção no desenvolvimento científico avançado” (KUHN, *apud* ALVES, 2004, p.203).

Não apenas o pensamento e a razão são produtos sócio-históricos, o corpo também o é. E a formação e a profissão de arquivista também. Como ser arquivista ou pós-graduado em

³ Cf. Alves, 2004.

⁴ Cf. Douglas, 1998. Veja também Chauí (1999), que oferece elementos para uma reflexão a respeito das diferenças entre uma instituição e uma organização.

⁵ Cf. Orso, 2003, p.36. Agradeço a leitura deste interessante artigo à Iole Terso, bibliotecária, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA, e membro do Grupo de Estudos em Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI). PontodeAcesso, Salvador, v.1, n.1, p.107-116, jun.2007.

CI sem conhecimentos mais firmes sobre instituições, culturas, redes sociais, sobre o direito, a administração e as humanidades? Naturalmente nunca nos bastarão o conhecimento de algumas novas tecnologias gerenciais e de informação e comunicação. Não se trata também de pensarmos em uma interdisciplinaridade vulgar, superficial, de produção de textos que assumem conceitos de outras áreas, como se produzir neste sentido nos legitimasse como interdisciplinares. Ora, a interdisciplinaridade é um projeto teórico-prático, no sentido dos processos da “práxis pedagógica, que ao mesmo tempo articulam as disciplinas na busca da unidade e atuam sobre a realidade tendo em vista sua superação”; e a partir disso, a interdisciplinaridade significa também a superação da fragmentação do saber e a compreensão do “conhecimento como síntese de múltiplas determinações – unidades de contrários”. Ou seja, a ação não é a de nos tornarmos interdisciplinares, mas a de buscarmos a interdisciplinaridade, constituindo-a num método teórico-prático, numa mediação em um plano teórico para compreendermos as razões e as raízes da fragmentação em disciplinas, do entendimento de seus limites, da busca de sua superação, “para reconstituir a unidade da ciência no plano das idéias e contribuir para a transformação da realidade sócio-cultural” (ORSO, p. 35-36). E aí está, no meu entender, a riqueza do VII CINFOM: coloca-nos o desafio da reflexão humanista para o tema da formação em informação, da formação de profissionais de arquivos e de bibliotecas e de cientistas da informação. De fato, o humanismo vem conhecendo atualmente uma retomada de interesse na sua compreensão e abordagem.⁶

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ONDE ESTÁ O HUMANISMO?

Já na época de Cícero (Séc.I a.C.) a palavra *humanitas* significava a educação do homem como tal, que os gregos chamavam de *paidéia*. Humanismo não deve ser confundido com humanidade. O sentido de humanidade é o que transparece no entendimento acerca do dever do homem de “desenvolver sua humanidade”, e podemos entender aí o desenvolvimento de todas as funções humanas, ou seja desenvolver aquilo que é *próprio* do homem, e aquelas funções, desejos, instintos, que lhe são comuns com os animais.

O termo humanismo comporta dois diferentes significados que destaco aqui como sendo talvez os mais importantes. O primeiro destes significados é o histórico, do movimento literário-filosófico nascido na Itália do século XIV. Nesse sentido, o Humanismo se caracteriza como o aspecto fundamental do Renascimento, do “reconhecimento do valor do

⁶ Cf. Lalande, 1996, p.481.
PontodeAcesso, Salvador, v.1, n.1, p.107-116, jun.2007.

homem em sua totalidade e a tentativa de compreendê-lo em seu mundo, que é o da natureza e da história”. Este primeiro sentido, portanto, tem como bases fundamentais o

reconhecimento da totalidade do homem como ser formado de alma e corpo e destinado a viver no mundo e a dominá-lo [...], o reconhecimento da historicidade do homem, dos vínculos do homem com o seu passado [...], o reconhecimento do valor humano das letras clássicas [e é daí que vem o nome Humanismo] [...], o reconhecimento da naturalidade do homem, o fato de o homem ser um ser natural, para o qual o conhecimento da natureza ... é um elemento indispensável de vida e de sucesso. (Abbagnano, 1999, p.518-9).

O segundo significado, em estreita relação com o anterior, assume o Humanismo como toda filosofia que toma o homem como “medida das coisas”.

Em termos gerais, o Humanismo está associado a toda tendência filosófica que, por levar em consideração as possibilidades e, portanto, as limitações do homem, tenha isso como base para o redimensionamento dos problemas filosóficos. É esse o sentido que assumo aqui, e não aquele que poderia confundir humanismo com humanidade. Penso num humanismo que, partindo da consciência humana, tenha por objeto a ação pela valorização do humano. Ou como propõe Goldman (1979, p.36), ao referir-se à posição de Marx com relação à unidade pensamento/ação: “O pensamento claro e verdadeiro é um valor, pois é através dele que se podem estabelecer as condições de uma ação eficaz para transformar a sociedade e o mundo”.

É com o sentimento de um “projeto por fazer-se” que abordarei, a seguir, alguns aspectos da atual matriz curricular do curso de Arquivologia do ICI/UFBA, que já está em processo de transformação desde que o Colegiado do curso submeteu, recentemente, um novo projeto pedagógico às instâncias superiores da Universidade. Mesmo ainda no meio do caminho, uma nova transformação pode surgir, se for de fato implementada uma nova e mais ampla transformação da própria instituição Universidade no Brasil, com a proposta que se convencionou chamar de Universidade Nova, idealizada pelo Magnífico Reitor da UFBA, Prof. Dr. Naomar de Almeida. Não resta dúvida: tudo se transforma, tudo se transformará. Optar por abordar alguns aspectos da formação profissional dos arquivistas servirá, aqui, exatamente para refletirmos sobre a transformação que advirá de nosso tempo. E por isso também indicarei um ou outro aspecto da formação que nosso tempo impõe.

De forma geral, entendemos que o arquivista deva possuir conhecimentos sólidos e atualizados que o permitam abordar e tratar problemas novos e tradicionais do fazer arquivístico; enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzindo e difundindo conhecimentos; interagir na sociedade, consciente de

sua responsabilidade com a memória histórica e cultural de nosso país; refletir criticamente sobre a realidade que o envolve; ser ético; gerar produtos; poder formular e executar políticas institucionais; ser consciente da importância da repercussão do uso da informação; estar preparado para a investigação técnico-científica; produzir e difundir conhecimentos; procurar aprimorar-se continuamente; atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados (arquivos, centros de documentação, centros de informação, centros de memória, centros culturais, serviços de informação, redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural, ou outros setores responsáveis pela organização e salvaguarda de acervos documentais, administrativos, culturais ou históricos); elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; desenvolver e utilizar novas tecnologias associadas a produtos e recursos de informação; emitir laudos técnicos e pareceres; responder as demandas atuais de informação da sociedade.⁷

No tocante à formação específica do arquivista, ou seja, suas competências profissionais, sociais e intelectuais, podemos enumerar, sem esgotá-las, a necessidade de compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo; identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas; planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização; realizar operações de arranjo, descrição e difusão de acervos arquivísticos; avaliar e selecionar para preservar documentos; planejar conservação de documentos; trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza, em diferentes tipos de suportes; aplicar conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; planejar novas versões de auxílio à preservação de documentos permanentes; controlar multicópias; planejar, organizar e dirigir microfilmagem e digitalização; planejar automação.

Para atingir os aspectos gerais e específicos indicados acima, atualmente o ICI/UFBA oferece as seguintes disciplinas: Fundamentos da Informação, Tecnologia da Informação, Introdução à Arquivologia, Arquivo e Cultura Brasileira, Introdução à Administração, Arquivos Correntes (2 semestres), Estudos Históricos Aplicados aos Arquivos, Língua Portuguesa (1 semestre), Língua estrangeira (2 semestres), Lógica, Administração de Unidades de Informação, Arquivos Intermediários, Instituição do Direito Público e Privado, Gerência da Informação, Planejamento de Unidades de Informação, Paleografia e Diplomática (2 semestres), Estatística, Conservação e Restauração de Documentos, Arquivos

⁷ Estas competências e habilidades estão enumeradas no *link* do curso de Arquivologia no portal UFBA, em <http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/ICI/Arquivologia> . PontodeAcesso, Salvador, v.1, n.1, p.107-116, jun.2007.

Permanentes (2 semestres), Estágio (2 semestres), Metodologia e Técnicas de Pesquisa, Políticas de Arquivo, Indexação de Documentos e Gestão de Arquivos e Serviços Arquivísticos. Como disciplinas complementares optativas são previstas: Normalização da Documentação, Qualidade em Serviços de Informação, Redes e Sistemas, Arquivos de Unidades Médicas, Arquivos Escolares, Arquivos Técnicos e Higienização de Acervos Documentais.

No Brasil há dez cursos (três deles há aproximadamente 30 anos) formando esses profissionais. Infelizmente, no entanto, a realidade que comumente enfrentam depois de formados é a dos arquivos instalados ou abandonados em porões ou subsolos, ou plaquinhas nas portas indicando a localização do “arquivo morto”. No lugar do gestor de recursos documentais e informacionais arquivísticos, o arquivista é predominantemente visto como uma espécie de guardador de papel. Assumindo o senso comum, as empresas que deveriam valorizar as funções e o papel desses profissionais não percebem que além de gestor, o arquivista age na interface das relações entre pessoas, entre instituições e entre pessoas e instituições.

Se com a tecnologia digital podemos construir coleções documentais ou fundos arquivísticos de caráter permanente; se podemos, com as redes, torná-los acessíveis a estudantes, acadêmicos, eruditos, ou mesmo para o entretenimento e para o lazer para todos os povos do mundo, o que devemos, então fazer para enfrentar o desafio é exatamente definir papéis, direitos e responsabilidades dos arquivos em prover o acesso público aos conteúdos informacionais que guardam. Com estes papéis definidos, com a participação ativa da sociedade como totalidade, e não apenas das sociedades ou associações profissionais, é que faremos com que nossas instituições ajudem a conduzir as oportunidades que temos, agora, em nosso tempo. Não se trata tão simplesmente de uma ação de categoria profissional, trata-se de um movimento com profundas correlações históricas, trata-se de nos reconhecermos, histórica, social e culturalmente, na documentação arquivística que é produzida no país, particularmente da documentação chamada de permanente, histórica.

No entanto, hoje, nesse tempo digital que ainda tanto nos surpreende, será preciso assumir a necessidade de estarmos em educação continuada sobre segmentos de aprendizado, como as linguagens do tipo XML, a *web* semântica e as ontologias, os sistemas de informação multimídia, a interação humano-computador, a interoperabilidade, a qualidade de dados e conteúdos informacionais, o gerenciamento de bases de dados, bases de dados *web*, o ciclo de vida de dados em processos e produtos, a *web*ometria e a mineração *web* e de dados, a

segurança e controle de acesso, o processamento de imagens, a preservação digital, a definição de metadados, o projeto e desenvolvimento de repositórios digitais. A lista, predominantemente técnica, poderia ser ainda muito ampliada, mas há um aspecto interessante a considerar, de viés humanista, para encaminhar a finalização de minha exposição. Trata-se de uma nova visão dirigida a um antigo problema: a incerteza.

O arquivista deve rever conceitos e suas ‘reverberações’ relativas à incerteza, deve procurar atualizar-se propondo ou atuando em projetos sobre a incerteza na busca digital, e não evitar, reduzir ou eliminar a incerteza pelo fato de que geraria ansiedade e perda de confiança. Este entendimento vem sendo modificado pela realidade histórica que vivemos. Devemos pensar e planejar redes de informação que facilitem trabalhar com a incerteza ao invés de simplesmente assumir que devemos eliminá-la: a incerteza pode ser uma poderosa estratégia de mediação para algumas pessoas em certas situações. A incerteza é uma experiência natural da humanidade nos processos de busca de informação e construção de significados. Em certas situações de incerteza pode-se experimentar um sentido de motivação e interesse ao invés de frustração e ansiedade. Condições de incerteza da experiência humana podem ajudar a permitir o surgimento de novas idéias, estimular a criatividade e a inovação, diferentes tipos de intervenção e mesmo aperfeiçoamento na recuperação de conteúdos. Aí está um aspecto humanista da humanidade: dar à incerteza seu lugar de criação.

“O conhecimento é uma operação que não tem fim”, como já afirmou Orcel. O homem é feito pelo que faz, e conseqüentemente pelo que deixa de fazer. É feito de certezas e de incertezas. É contradição, é sujeito em ação, “metamorfose ambulante”. O humanismo abriga um materialismo valorizador da subjetividade (PORTELA, 2003), que propõe o homem como sujeito, inserido nas relações de produção, na realidade histórica, formando uma totalidade abrangente da experiência humana. Se pensarmos dialeticamente, não poderemos admitir que a história seja uma totalidade pronta, uma síntese acabada: trata-se na verdade de totalidades, ou de uma totalidade em processo, uma totalidade por vir.

Nesse sentido, a cada vez um maior número de cientistas vem percebendo e compreendendo a eficácia da estreita ligação entre o materialismo dialético e as ciências, seja na física, na história, na astronomia e, naturalmente, na ciência da informação e na arquivologia. A cada vez mais tomam consciência da necessária ligação entre o abstrato e o concreto, o particular e o geral, seja qual for a especificidade do real ou o nível de complexidade investigativa. Não podemos confundir, por não ser correto ou proveitoso, atividade profissional com estatuto científico (SILVA, 2006); é um equívoco o

estabelecimento automático de relação entre profissão e ciência. Feita essa ressalva, que funciona como um alerta, convido estudantes de arquivologia, mestrandos em CI e demais interessados a desenvolverem o pensamento dialético materialista. Penso que esteja aí uma solução para a transformação da realidade que cientificamente e profissionalmente vivenciamos, todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. Filosofia da Ciência: **Introdução ao Jogo e a suas Regras**. São Paulo: Loyola, 2000.

CAPURRO, R; HJØRLAND, B. The Concept of Information. **Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)**. Ed. B. Cronin, v.37, p.343-411, 2003.

CHAUÍ, M. A universidade operacional. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, 09maio, 1999.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo, Atlas, 1995.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 1998, 142 p.

GOLDMAN, L. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 197 p.

ORCEL, J. Introdução. In: SARTRE et al. **Controvérsia sobre a Dialética: Marxismo e Existencialismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 15-22.

ORSO, P.J. Os desafios do conhecimento e o método da pesquisa científica. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v.5, n.1, p.25-39, dez 2003.

PORTELA, E. Apresentação ou prólogo para Brasileiros. In: SARTRE et al. **Controvérsia sobre a Dialética: Marxismo e Existencialismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 7-12.

SILVA, A.M. **A Informação. Da compreensão do fenômeno a construção do objecto científico**. Porto: Aforntamento, 2006.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, p.127-140, Dec., 1975.